



Pensar com a própria cabeça. Educação e pensamento crítico na América Latina¹

POR RAQUEL SOSA ELÍZAGA*

Simón Rodríguez, o admirável mestre de todos nós que acompanhou Simón Bolívar em seu périplo, passou toda sua vida imaginando, desenhando e construindo os fundamentos de uma proposta educacional a partir da explosão da criatividade de nossos povos, a qual só pode ser explicada pelo irrenunciável desejo de liberdade perante a contínua opressão (Rodríguez, 1975). Consideremos que, se o colonialismo produz impotência e dissabor, seu efeito mais perverso é induzir o conquistado a se conformar diante do fato de que sua liberdade tenha sido cerceada, talvez para sempre, e que para continuar existindo deve inevitavelmente se dar por vencido, aceitando e repetindo aquilo que seus opressores lhe impõem. A sequência dramática é tão atroz que o conquistado acaba considerando o pensamento imposto como se fosse o seu e a obstrução de sua liberdade como parte do caminho que o levará ao aprimoramento de sua vida.

Retroceder esses passos, rompendo com esses tortuosos vínculos, para muitas pessoas pode parecer um salto no escuro, uma aventura sem destino, uma espécie de suicídio intelectual e moral. Entretanto, nenhuma geração humana pode renunciar ao seu direito de criar, de imaginar e projetar sua própria vida, sob o risco de transformar-se em um reprodutor conformista de tudo o que em verdade lhe produz um autêntico *mal-estar cultural*: a frustração, o desenraizamento, a perda de objetivos e o esquecimento dos sonhos – um problema do qual padecem muitos jovens em nossas doídas sociedades ainda no dia de hoje. Todos esses males não têm outra origem nem outra razão de ser além da ruptura dos vínculos com nossa realidade; uma realidade de sociedades oprimidas, empobrecidas, construídas sobre a desigualdade, a exclusão e o esquecimento, mas que também possuem a energia, a vontade e a esperança de ser capazes de remontar sua odiosa condição de submissão.

A reforma da educação no Chile foi realizada no contexto de uma brutal repressão ao povo chileno, repressão essa que deixou uma parte significativa de vítimas entre os estudantes e suas famílias e os docentes e trabalhadores

Nossa aposta, portanto, não pode ser mais irracional do que aquilo que nos impuseram os conquistadores: “Inventamos ou erramos”, disse muito bem Simón Rodríguez, afirmando que o único caminho possível para nós é o que decidamos construir entre todos a partir de nossa própria experiência, de nossas próprias perguntas, de nossas necessidades e sonhos. Precisamos ser os mais radicais possíveis, isto é, capazes de desentranhar, sem medo ou falsas suposições, as raízes dos nossos problemas e o modo em que poderemos nos empenhar a remontá-los, com as forças e a capacidade de que disponhamos em cada época. Precisamos aprender a olhar uns aos outros com outros olhos, *nossos* olhos, para refazer o amor por nossa terra, por nossos saberes, pela cor e pelo cheiro da nossa pele. As sociedades latino-americanas devem se reinventar constantemente sempre que



¹ O texto publicado neste Caderno é uma versão reduzida da palestra homônima apresentada no XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS) “Fronteras Abiertas de América Latina”, que ocorreu em Recife de 6 a 11 de setembro de 2011.

cada experiência de surgimento de liberdade seja seguida de golpes dos velhos e novos conquistadores. Principalmente – e talvez esta seja a condição mais dramática que enfrentamos – nossas sociedades devem se proteger do fato de que a memória perversa da opressão as chame para regressar a ela como lugar seguro, apesar de toda dor que produz. Lembro-me muito bem das frases de Norbert Lechner, que no contexto da ditadura pinochetista afirmava que não havia outra sociedade que a sociedade *possível*, que não cabia outra imaginação além daquela indicada por quem se sentia cansado dos *extremos*, que somente o reconhecimento da necessidade de segurança, de tranquilidade, de proteção, de *ordem*, podia ser a garantia de uma sociedade *harmoniosamente moderna* (Lechner, 1986). Descanse em paz este pensador e vida longa aos jovens chilenos que nos devolveram a esperança com sua teimosia em resistir ao colonialismo contemporâneo, com sua cruel pilhagem e sua opressão sobre a educação.

A reforma educacional neoliberal: a história que vivemos e pouco vimos

Assim como os chilenos, o que todos nós latino-americanos precisamos é voltar ao momento em que as baionetas e os uniformes verdes substituíram a inteligência no país de Neruda, De Rokha, Violeta Parra e Salvador Allende. Devemos à pesquisadora Marcela Gajardo a recuperação das abomináveis *circulares* da Junta Militar, quando impôs um *Comando de Institutos Militares*, cujos delegados seriam responsáveis por:

garantir que as atividades educativas e anexas [...] sejam realizadas em todos os níveis do sistema escolar [...] com uma sujeição estrita aos postulados preconizados pela H. Junta de

Governo; obedecendo fielmente às diretrizes emanadas do Ministério de Educação; observada a mais estrita disciplina e justiça; entregando-se exclusiva e totalmente a trabalhos puramente profissionais com complexa exclusão do proselitismo político ou de ações obscuras de grupos ideológicos [...].

Esta circular, emitida em agosto de 1974, forçava os diretores das escolas, sob pena de destituição imediata de seus cargos, a informar a seus superiores quando acontecessem casos nos quais os docentes, seus auxiliares ou trabalhadores administrativos da educação emitissem “comentários políticos, difusão de comentários mal-intencionados sobre as atividades de governo, difusão de piadas ou histórias estranhas relacionadas à gestão da Junta, [...] distorção dos conceitos ou valores patrióticos, distorção das ideias contidas nos textos de estudo [...]” etc. (Gajardo, 1982). A reforma da educação no Chile foi realizada no contexto de uma brutal repressão ao povo chileno, repressão essa que deixou uma parte significativa de vítimas entre os estudantes e suas famílias e os docentes e trabalhadores organizados cuja influência acreditava-se ser ampla e completamente contrária aos fins da ditadura (Sosa, 2010).

Diferentemente do que muitos pedagogos supõem, não foram os Chicago Boys que introduziram o modelo neoliberal no Chile, mas sim a necessidade de suprimir toda a memória e experiência organizacional independente; foi o feroz empreendimento de subordinar completamente as consciências das chilenas e chilenos que abriu caminho para as concepções empresariais que hoje recebem seu primeiro grande golpe no país em que foram fundadas (Vázquez, 2010). Seguindo a lógica burguesa que bem descreveu Marx em *O Manifesto Comunista*, a Junta Militar e seus aliados internacionais se empenharam para – e em grande medida conseguiram – fazer com que *tudo o que era sólido se dissolvesse no ar*, isto é, que uma prolongada tradição democrática e de desenvolvimento da inteligência criativa e autônoma das organizações civis e sociais, dos colégios e universidades, sindicatos e partidos, intelectuais, acadêmicos e artistas, fosse dissolvida no ácido da perseguição, da queima de livros, da morte, do desalojamento e do refúgio de centenas de milhares de pessoas.

Meus amigos e mestres queridos Agustín Cueva, René Zavaleta, Ruy Mauro Marini, Theotonio Dos Santos, Eduardo Ruiz Contardo, Carlos Morales Oyarzún, Hugo Zemelman, entre muitíssimos outros, beberam nesse recipiente do conhecimento que foi o Chile da Unidade Popular, e acredito que nunca deixariam de refletir sobre os desastrosos efeitos produzidos por sua destruição.

Surpreendentemente, o que foi difícil de perceber a partir dos espaços de nossas universidades foi o verdadeiro alcance do processo de colonização mental que ocorreu a partir da imposição do esquema neoliberal em nosso subcontinente. Isto se explica em grande medida por duas razões: a primeira, obviamente, é que praticamente todas as nossas universidades foram objeto de perseguição, tiveram seus professores e seus estudantes perseguidos, presos ou assassinados, tendo o desenvolvimento do pensamento crítico violentamente suspenso em seus centros de pesquisa e salas de aula.

Além disso, a falta de visão do que ocorria na educação como um todo também se deve ao fato de que foram precisamente nossas universidades as que receberam o primeiro e mais definitivo golpe da *reforma educacional*, com a imposição da linguagem empresarial ou mais precisamente *bancária* (não no sentido de Paulo Freire, mas no sentido do Banco Mundial), o qual posteriormente se generalizaria





em todas as instituições sociais, da educação à saúde, do funcionamento da economia aos meios de comunicação. Foi em nossas universidades que começou a ser utilizada a linguagem das competições, da certificação, da busca pela excelência, do estabelecimento de índices de desempenho, da avaliação de acordo com parâmetros internacionais e dos estímulos à produtividade (De Moura e Levy, 1997).

Praticamente todas as nossas universidades aceitaram e incorporaram a partir de meados dos anos 80 as orientações e instrumentos de avaliação cuja aplicação se tornou condição para concessão de empréstimos que o Banco Mundial ofereceu para superar o desastre da redução generalizada dos orçamentos públicos, após o ajuste estrutural dos anos 80. Esses instrumentos se transformariam nos fundamentos de uma nova concepção da vida pública e, de maneira central, da educação (De Wit, Jaramillo et al, 2010; Thorn e Soo, 2006). Não podemos deixar de insistir em que, tal e qual a orgulhosa cidade da Nova Espanha foi construída sobre as ruínas do Templo Maior dos mexicas em Tenochtitlan, os neoliberais primeiro destruíram, mas logo se empenharam em surgir como os únicos capazes de controlar e dirigir as consciências de todos nós, com a anuência e a subordinação sem limites daqueles que ficaram encarregados de nossas instituições públicas: os novos conquistados pela religião da *competitividade*. Os fanáticos religiosos da nova *evangelização* neoliberal seriam as autoridades de nossas universidades e centenas de colegas de todas as áreas do conhecimento, unguídos como *professores de excelência* e encarregados de *avaliar* e, dentro do possível, suprimir as marcas de um pensamento crítico. Durante os anos 90 e boa parte da década passada, poucas instituições aceitaram editar e promover os trabalhos de autores qualificados como *ideologizados*, de *escassa projeção internacional*, ou cuja produtividade fosse julgada como insuficiente, particularmente porque dão conferências, participam de eventos ou ainda editam suas obras em âmbitos não arbitrados.

Um olhar para o futuro

Os neoliberais introduziram em nossa região uma estratégia de controle e coerção que consiste no abuso sistemático dos meios de comunicação para socializar suas posturas com relação a todos os assuntos da vida pública, juntamente com o desenvolvimento das forças *da ordem* para atemorizar e conter as populações que manifestem críticas ao fato de que alguns poucos tenham se apropriado do direito de todos de decidir sobre os assuntos vitais de seu país.

Temos também todos os elementos para afirmar que um dos pontos de destaque da chamada *reforma educacional* foi a eliminação de conteúdos e práticas que tinham a tendência a estimular nos estudantes a imaginação, a memória, a criatividade. Com exceção dos casos de Cuba e Venezuela, em todo o restante da América Latina a reforma impôs como eixos a supressão da capacidade de localização histórica e geográfica, assim como a eliminação do reconhecimento das peculiaridades culturais e da identidade de nossos povos, a partir da escola. Isso, obviamente, no contexto do estabelecimento de um sistema de controle-subordinação que garantisse a repetição de lemas, a execução de ordens e a identificação dos estudantes com a busca da conquista individual, a aceitação das *regras do mercado*, o conformismo e o *desmemoramento*.

Acredito que para avaliar os danos causados à nossa capacidade de pensar, deveríamos começar estabelecendo um índice de *desaprendizagem*, o que significaria compreender os limites da repressão da identidade, da memória, da vontade, do projeto de futuro nos alu-

nos formados pelo sistema educacional nas gerações do neoliberalismo. Durante esses anos, algo muito profundo se perdeu de forma acelerada e acredito que é o momento de começarmos a processar a reversão dessa perda, pois, ao não fazê-lo, corremos o grave risco de que em alguns anos fiquemos sem instrumentos de conhecimento que nos permitam lançar mão de nossas reservas estratégicas para salvar nossos saberes tradicionais, os princípios e valores sobre os quais se fundou a existência de comunidades e povos, o uso não destrutivo dos recursos naturais, sociais e estratégicos de nossos países.

Portanto, temos uma dívida com nossa memória, que é desenterrar o esquecimento e poder reconstruir, passo a passo, as nossas necessidades que podem novamente dar sentido aos atos de nossa vida. Precisamos poder voltar a nomear tudo, transformando os conceitos e categorias impostos nestes negros anos em referências secundárias e armazenando a enorme tradição intelectual e cultural que fez da América Latina a região de maior riqueza histórica viva do mundo. Temos de nos lembrar de nossos mortos e de nossos vivos, sujeitos presentes nessa longa luta por sermos nós mesmos, que herdamos e da qual fazemos parte. Precisamos ser capazes de transformar nossas bibliotecas, nossas casas e as casas de todas as famílias de nossa região em espaços de restauração de uma identidade da qual só vimos pedaços nos olhos de nossos conquistadores. É absolutamente indispensável que iniciemos uma nova e mais profunda etapa de revolução de independência e de reconquista de nossa soberania, que não é outra coisa senão nosso poder de decidir, nos mais mínimos detalhes, como queremos viver. Pensar com a própria cabeça é o começo de olhar o mundo e ter a valentia de recusar a existência de um pensamento único, da falsa religião do mercado, do comércio da morte. Pensar com um pensamento crítico deve nos levar a saber que é possível transformar nossas cabeças e nosso horizonte, confiando que as soluções que propusermos serão certamente melhores do que as que nos obrigaram a aceitar. A liberdade terá seus custos e suas consequências, mas seus caminhos se iluminam com a felicidade que sentiremos por não termos de viver à sombra de nós mesmos. Estas formosas terras e nós, os seres humanos que nelas habitamos, merecemos dar um espaço à alegria e à esperança verdadeiras.

*Doutora em História, latino-americanista e socióloga. Professora pesquisadora do Centro de Estudos Latino-americanos da UNAM desde 1976. Autora de *Hacia la recuperación de la soberanía educativa en América Latina*.

Os **Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano** constituem uma iniciativa do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e do Caribe. São publicados mensalmente nos jornais *La Jornada* do México e *Página 12* da Argentina e nos *Le Monde Diplomatique* da Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, Peru e Venezuela. No Brasil, os Cadernos do Pensamento Crítico são publicados em parceria com a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) na Revista Fórum.

CLACSO é uma rede de 300 instituições, que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 28 países (www.clacso.org).

FLACSO é um organismo internacional, intergovernamental, autônomo, fundado em 1957, pela Unesco, que atua hoje 17 Estados latino-americanos (www.flacso.org.br).

APOIAMOS a COMISSÃO da VERDADE

Argentina - 1983

Bolívia - 1982

Brasil - ?

Chile - 1990/2001

Colômbia - 2005

El Salvador - 1992

Equador - 2007

Guatemala - 1997

Haiti - 1995

Honduras - 2010

Panamá - 2001

Paraguai - 2003/2011

Peru - 2000

Uruguai - 1985/2000



Listagem de países latino-americanos em que se instituíram Comissões da Verdade e suas respectivas datas de início

 **OS POVOS SÃO SUA MEMÓRIA**
uma campanha da Flacso Brasil

Apoiamos o Projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade (PL 7.376/10)

No Brasil e na América Latina, PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA
www.flacso.org.br